



**ATA DA 137ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA
EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE,
REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018**

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos, no Escritório Central da EPE, situado na Avenida Rio Branco, número um, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, reuniu-se, extraordinariamente, o Conselho Fiscal da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, secretariado por mim, CLAUDIA GUIMARÃES MEIRELLES, Secretária-Geral. Nos termos do Art. 74 do Estatuto Social da EPE, estiveram presentes os membros do Conselho Fiscal eleitos e ratificada, em 31 de julho de 2018, na 4ª Assembleia Geral Extraordinária: SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO (ratificada), CLÉSIO SÓSTENES SANTOS LÉDO (eleito) e HELANO BORGES DIAS (eleito). Participaram da reunião como convidados: o Superintendente de Recursos Financeiros da EPE PAULO EMÍLIO TEIXEIRA BARBOSA, o Superintendente Adjunto de Recursos Financeiros SANDRO DA SILVA ABILIO, o Auditor Interno CARLOS ALVES DE SOUZA e a Ouvidora ALESSANDRA LOPES COSTA ALVES DOS SANTOS.

ABERTURA.

Conforme determinado no Art. 75 do Estatuto Social da Empresa, foi escolhida a Conselheira SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO para Presidente do Conselho Fiscal, que cumprimentou os presentes e declarou aberta a reunião.

VERIFICAÇÃO DE QUORUM.

Diante da presença de todos os Conselheiros, restou configurado o atendimento do *quorum* estatutário para deliberações.

APRESENTAÇÃO.

A reunião começou com a verificação da ata da 136ª Reunião do Conselho Fiscal, que foi previamente aprovada e assinada, sendo distribuída nesta reunião.

Em seguida, foi apresentada a tabela com o andamento das solicitações do Conselho. O primeiro item da tabela se refere à verificação dos valores no Demonstrativo de Custos e Despesas Operacionais, que foi encaminhada por meio eletrônico, em 02 de agosto de 2018. Quanto ao segundo item, tendo em vista que a Nota Técnica com o histórico de todo o processo nº 48002.005644/2016-76 e o seu fechamento foi distribuída nesta reunião, a Presidente do Conselho SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO solicitou que seja reapresentada na próxima reunião, juntamente com o parecer da Auditoria Interna.

A reunião continuou com a distribuição das cópias das atas da 136ª reunião do Conselho Fiscal, da 164ª, do Conselho de Administração e das 463ª e 464ª, da Diretoria Executiva. Devido ao cancelamento do TR55 do Projeto META, que trata dos Estudos de Suporte ao Desenvolvimento de Plano de Ação para Políticas de Eficiência Energética no Brasil, citado na ata da 464ª Reunião da Diretoria Executiva, em 25 de julho de 2018, a Presidente do Conselho Fiscal solicitou que fosse apresentado em próxima reunião o status da execução do Projeto META, para conhecimento do Colegiado. Foi informado que a apresentação será realizada na reunião de outubro.

Prosseguiu-se, então, com a verificação das certidões: Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas em Brasília e no Rio de Janeiro, Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa no município do Rio de Janeiro, Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, Certificado de Regularidade do FGTS – CRF em Brasília e no Rio de Janeiro, Certidão Negativa de Débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, Certidão de Regularidade Fiscal – Certidão Negativa de Débitos – CND da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Certidão de Regularização do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza no município do Rio de Janeiro, Comprovantes de Inscrição e da Situação Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica em Brasília e no Rio de Janeiro, Certidão de Baixa no Sistema Integrado de Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro e Comprovante de Inscrição e de Situação no Cadastro Fiscal do Distrito Federal – DIF.

Foi explicado, para os novos membros do Conselho, o auto de infração constante na Certidão de Regularização do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza no município do Rio de Janeiro. Relatou-se que, de 2004 a 2008, a EPE emitiu notas fiscais de faturamento de serviço com isenção de ISS, sendo o destinatário o MME. A fazenda municipal do Rio de Janeiro, em fiscalização aberta nesse período, entendeu que o tipo de serviço prestado nessas notas fiscais deveria ser tributado pelo ISS. Dessa forma, aplicou o auto de infração contra a EPE, que recorreu através de processo administrativo. Assim, esse auto de infração fica suspenso até a decisão final e a certidão positiva da EPE ganha efeito de negativa enquanto o processo estiver suspenso.

Em seguida, foi apresentado o extrato do CADIN e relatado, aos novos membros do Conselho, que a EPE foi inscrita no CADIN pela Receita Federal do Brasil em decorrência do não reconhecimento do pagamento referente ao IRPJ Dez/14 derivado da retificação do ajuste do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC 2011, ocorrido em 2011, realizada em abril/2018 pela consultoria contratada Mazars



Cabrera. O Superintendente Adjunto de Recursos Financeiros SANDRO DA SILVA ABILIO relatou que a EPE não está devedora do recolhimento, pois o débito em questão é referente à falta do Redarf (retificação do código de pagamento do imposto) de 2362 para 5993. Essa retificação será solicitada presencialmente na unidade da Receita Federal em Brasília, agendada para o dia 24 de agosto, pois a atualização do nome do Presidente da EPE junto a esse órgão já ocorreu. O Redarf é necessário em razão de uma limitação do sistema SIAFI que não permitiu a liquidação/pagamento do IRPJ Dez/14 com o código 5993 (código utilizado no exercício 2014). Assim, a única opção da equipe financeira da EPE foi executar a liquidação e o pagamento com o código 2362, utilizado no atual exercício.

Na sequência, foram apresentadas as tabelas de Licitações em andamento (sem pequeno vulto) e dos Contratos vigentes na EPE (sem pequeno vulto), ambas atualizadas em 31 de julho de 2018.

O Conselho questionou sobre o andamento do Estudo Ambiental da Área Sedimentar do Solimões. Foi convidada para participar da reunião a Analista de Pesquisa Energética VERÔNICA SOUZA DA MOTA GOMES, Fiscal Suplente do Contrato CT-EPE-003/2018, que informou a suspensão, por 60 dias, autorizada pela Diretoria Executiva, por meio da RD nº 01/460ª, em 25 de junho de 2018, do CT-EPE-003/2018 com o Consórcio PIATAM/COPPETEC, para a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria, visando a elaboração do Estudo Ambiental de Área Sedimentar (EAAS) da bacia sedimentar terrestre do Solimões, aprovado pela RD nº 04/437ª, de 27 de novembro de 2017. Esse período de suspensão poderia ser inferior, caso o Comitê Técnico de Acompanhamento (CTA) Solimões fosse formalizado antes desse prazo e pudesse acompanhar o estudo, conforme preconizado na Portaria MME-MMA 198/2012 e pelo Projeto Básico da Licitação CO.EPE.004/2017. Como tal fato ocorreu, a retomada do processo foi possível em 13 de agosto de 2018. O MME é o coordenador do CTA. O processo seguirá normalmente agora.

Em seguida, a Analista de Pesquisa Energética VERÔNICA SOUZA DA MOTA GOMES, Fiscal Suplente do Contrato CT-EPE-003/2018, retirou-se da reunião.

A seguir, o Superintendente de Recursos Financeiros da EPE PAULO EMÍLIO TEIXEIRA BARBOSA apresentou os demonstrativos mensais das quatro unidades de faturamento do Cartão Corporativo, com extratos de julho de 2018, juntamente com as descrições dos itens adquiridos por meio de Cartão Corporativo, que ultrapassaram o valor de duzentos reais. Foi informado que o limite do Cartão Corporativo é de R\$ 4.500,00 por pessoa por mês.

A exposição continuou com a apresentação da gestão de recursos econômico-financeiros, com posição em julho de 2018, iniciando pelo Demonstrativo de

Acompanhamento da Realização Orçamentária e a Tabela com a execução do orçamento até 31 de julho de 2018, com relação aos estudos do PAC.

Em seguida, apresentou-se o Demonstrativo da Evolução do Quadro de Pessoal, com a realização até julho de 2018, o Demonstrativo da posição do Endividamento, as Demonstrações Contábeis, com o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados, em julho de 2018, juntamente com as Notas Explicativas, apontando um lucro acumulado no exercício de 2018, até julho, o valor de R\$ 733 mil. O lucro apurado, no período de janeiro a julho de 2018, foi decorrente, principalmente, do recebimento de subsídios para pagamento do passivo com tributos (IRPJ e CSLL), derivados do Ajuste do AFAC 2011 – realizado em fevereiro – e para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios 2017 – realizado em junho.

Sobre o Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital (AFAC), o Superintendente Adjunto de Recursos Financeiros SANDRO DA SILVA ABILIO historiou para os novos membros do Conselho que a empresa de consultoria contratada pela EPE para apurar o montante financeiro quanto às regularizações das obrigações tributárias com IR/CSLL e dos dividendos, bem como as obrigações fiscais acessórias decorrentes dos ajustes, concluiu o parecer sobre o ajuste fiscal necessário. Em posse desse parecer, a Empresa realizou o ajuste da conta AFAC tanto da parte societária quanto da parte fiscal. Na parte societária, o ajuste se deu diretamente no grupo Patrimônio Líquido, em conta específica Lucro Acumulado, tendo em vista se tratar de receita de exercícios anteriores, assim não transitou pelo resultado de 2017. Derivado desse ajuste obteve-se aumento da Reserva Legal no montante de R\$ 299 mil, Dividendos Mínimos Obrigatórios a distribuir no montante de R\$ 1.421 mil e Reserva Especial para Dividendos no montante de R\$ 4.263 mil. Conforme entendimento da Administração da Empresa, dos auditores externos e do Auditor Interno não houve necessidade de reabertura das demonstrações financeiras anteriores. Quanto ao ajuste da parte fiscal, foi realizada a retificação da DIPJ 2012/2011 e DIPJ 2014/2013, apurado e recolhido o IRPJ 2011 no valor principal de R\$ 501 mil, tendo seu valor corrigido até 31.01.2018 o montante de R\$ 906 mil. Apurada e recolhida a CSLL 2011 no valor principal de R\$ 181 mil, tendo seu valor corrigido até 31.01.2018 o montante de R\$ 328 mil. O ajuste do AFAC foi auditado pela Aguiar Feres Auditores Independentes S/S que não constatou irregularidade nas operações.

Após, discutiu-se o Demonstrativo com a Comparação do Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado, no 3º trimestre, até julho de 2018, com o mesmo período de 2017. Continuou-se com a apresentação dos Demonstrativos de Análise da Receita Operacional; do Demonstrativo de Custos e Despesas Operacionais; dos Demonstrativos de Receitas e Despesas Financeiras; e dos Demonstrativos com os Indicadores de Desempenho Financeiro. Na sequência, foram apresentados os



Demonstrativos dos Gastos com Salários, Encargos Sociais, Benefícios, Pessoal Requisitado e Honorários; o Fluxo de Caixa do Exercício no 3º trimestre até julho de 2018; os Demonstrativos de Controle de Restos a Pagar até julho de 2018 e o Demonstrativo com a Composição da conta contábil “Despesas Financeiras”.

Respondendo a questionamento do Conselho, foi informado que a EPE criou uma Comissão Interna para o planejamento do novo Concurso Público, com representantes de todas as áreas, para os estudos preliminares que é o Projeto Básico, com as diretrizes do certame, e a seleção da banca organizadora. Assim, pretende-se que o novo Concurso Público seja realizado até o primeiro trimestre de 2019.

Ao final, a Presidente do Conselho Fiscal solicitou à Secretária-Geral que encaminhe cópia desta Ata de Reunião ao Conselho de Administração para conhecimento.

ASSUNTOS GERAIS.

(1) **Calendário de Reuniões para 2018.** A Secretária-Geral CLAUDIA MEIRELLES apresentou proposta de calendário das reuniões a serem realizadas em 2018. O Conselho aceitou o calendário proposto.

(2) **Agendamento para capacitação dos Conselheiros.** Considerando a exigência legal da participação, na posse e anualmente, dos Conselheiros Fiscais titulares e suplentes, em treinamentos específicos, listados no art. 41 do Estatuto Social da EPE, a Secretária-Geral apresentou um cronograma de capacitação a ser ministrado por instrutores da EPE. O Colegiado sugeriu a realização, por videoconferência, em Brasília, no dia 19 de outubro próximo, à tarde. A Secretária-Geral confirmará a data junto aos membros suplentes e informará ao Colegiado.

(3) **Andamento dos trabalhos da área de Governança, Riscos, Integridade e Controles Internos (GRIC): matriz de riscos corporativo e Programa de Integridade.** O Gestor GRIC ELZENCLEVER FREITAS DE AGUIAR apresentou o relatório de status dos trabalhos da área de GRIC, com foco no desdobramento da matriz de riscos corporativos e no Programa de Integridade da EPE.

(4) **2º relatório trimestral da Ouvidoria de 2018 (abril a junho).** A Ouvidora da EPE ALESSANDRA LOPES COSTA ALVES DOS SANTOS apresentou o 2º Relatório trimestral da Ouvidoria/EPE, referentes aos meses abril, maio e junho de 2018, publicado na página da Empresa, para conhecimento do Colegiado.

ENCERRAMENTO.

Em seguida, às doze horas, nada mais havendo a tratar nem tendo qualquer Conselheiro manifestado desejo de fazer uso da palavra, a Presidente do Conselho

SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO agradeceu a presença e a participação de todos e deu por encerrada a 137ª Reunião do Conselho Fiscal da Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Assim, eu, CLAUDIA GUIMARÃES MEIRELLES, lavrei a presente Ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada pelos Conselheiros presentes e por mim, e rubricada em todas as folhas.



SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO
Presidente do Conselho



CLÉSIO SÓSTENES SANTOS LÉDO
Conselheiro



HELANO BORGES DIAS
Conselheiro



CLAUDIA MEIRELLES
Secretária-Geral